



AS PRIMEIRAS TEORIAS DA COMUNICAÇÃO SOB UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

THE FIRST THEORY OF COMMUNICATION UNDER AN INTERDISCIPLINARY PERSPECTIVE

Jack Brandão

Universidade de Santo Amaro

Mestre e Doutor em Literatura pela Universidade de São Paulo (USP), Professor Titular do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade de Santo Amaro (UNISA/SP) e coordenador do Grupo de Pesquisa CONDESIM-FOTÓS/DGP-CAPES.

Mariana da Cruz Mascarenhas

Universidade de Santo Amaro

Mestranda em Interdisciplinaridade em Ciências Humanas, pós-graduada em Comunicação Empresarial e Metodologia do Ensino na Educação Superior, é formada em Jornalismo pela FIAM-FAAM. Assessora de Comunicação da Rede Concepcionista de Ensino, redatora de Cultura e Economia dos sites “Clique ABC”, “Matraca Cultural”, “Editoria Livre” e “A12” e membro do Grupo de Pesquisa CONDESIM-FOTÓS/DGP-CAPES.

Resumo: Destinadas a analisar a comunicação, diversas pesquisas surgiram após 1900, resultando em teorias distintas. As primeiras trouxeram conceitos sobre o fenômeno comunicacional focadas ou no canal transmissor ou no comunicador, ignorando o papel do receptor. À medida que novos estudos surgiram, valorizou-se o papel do receptor, enquanto que as primeiras teorias foram descartadas para cederem espaço a novos modelos comunicacionais. Todavia, estudar tais modelos de maneira isolada leva a uma visão fragmentada da comunicação, daí a necessidade de que práticas interdisciplinares sejam aplicadas em tais estudos, a fim de que se possa compreender a totalidade do desenvolvimento dessas pesquisas.

Palavras-chave: comunicação, teorias comunicacionais, interdisciplinaridade

Abstract: Since 1900, a wide range of researchers have arisen with the intention of analysing communications, what resulted in conflicting theories. The first of them, focused on either the transmitting channel or the communicator, brought some concepts about the communication phenomenon while ignoring the role of the receiver. As further studies have been developed, the role of the receiver was treasured whereas the first theories were rejected to allow new communication models to come. Studying such models separately, nevertheless, leads to a fragmented view of communication; therefore it is required to enforce interdisciplinary practices in these studies so that the entire development of these researches can be understood.

Keywords: communication, communicational theories, interdisciplinary

Introdução

A prática interdisciplinar é uma necessidade urgente e, apesar de estar presente no campo teórico, sua concretização está distante da teoria. Isso porque a desconstrução proposta por ela revela-se um grande desafio, mesmo entre aqueles que se dizem interdisciplinares; afinal, encontram barreiras já nos primeiros passos, devido à necessidade de abertura cognitiva para o novo e para o desconhecido.

Tal situação, porém, não deve ser creditada à contemporaneidade apenas. Com o avanço da ciência, a partir do século XVIII, o saber começou a fragmentar-se acentuadamente; mas, se por um lado a especialização permitiu o aprofundamento em determinadas áreas; por outro, contribuiu para que elas se enclausurassem cada vez mais. No entanto, num mundo como o nosso, cujos problemas exigem soluções cada vez mais interdisciplinares, a fragmentação tornou-se um entrave. A falta de equilíbrio entre especialização e inter-relação de saberes dificulta o pensar crítico, que deve ser fomentado desde a educação básica.

No âmbito comunicacional, o olhar interdisciplinar também se faz necessário para uma compreensão do desenvolvimento de seus estudos, isso porque o processo formado por emissor, receptor e canal transmissor de mensagens, foi analisado sob diferentes perspectivas, gerando as chamadas teorias da comunicação.

As primeiras analisaram tal fenômeno de modo superficial, ao focarem-se ora no canal transmissor ora no comunicador, reduzindo o papel do receptor a mero

indivíduo passivo. Entretanto, à medida que novas teorias surgiram, considerações psicológicas e sociológicas foram sendo levantadas, ampliando seu escopo.

Assim, apesar de as primeiras teorias serem consideradas ultrapassadas, exerceram papel fundamental no desenvolvimento dessas pesquisas. Devem, portanto, serem analisadas não de forma isolada, mas inter-relacionadas com as demais; caracterizando, dessa maneira, um estudo interdisciplinar.

A prática interdisciplinar à frente do seu tempo

O termo interdisciplinaridade começou a disseminar-se na década de 1960, na Europa, com as reivindicações dos movimentos estudantis por novos modelos de instituições escolares e universitárias. Essa busca pelo rompimento de paradigmas surge diante dos novos anseios por uma educação que ultrapassasse barreiras e transcendesse as especializações, muitas das quais responsáveis por privilegiar determinadas ciências em detrimento de outras, fundamentadas em poder e capital como parâmetro para uma verdadeira escala hierárquica.

Mas, o fato de ser definida apenas em tal período, não significa que o pensar interdisciplinar surgiu nesse momento. Suas práticas, pelo contrário, disseminaram-se antes mesmo que seu conceito pudesse ser formado ou mesmo idealizado.

Houve, na Idade Média, contribuições significativas para o desenvolvimento do conhecimento humano no campo da álgebra, das artes, da arquitetura, sem contar com o surgimento das universidades. A imiscuição dos saberes já se fazia presente no diálogo das ciências, afinal o sábio era ao mesmo tempo “um pensador, um filósofo e um teólogo” (JAPIASSU, 1976, p. 70).

Antes da compartimentação do saber, o próprio contexto histórico-cultural exigia práticas totalizantes que pudessem atender aos diversos problemas, não à toa “os pensadores gregos, helenísticos, romanos e medievais eram filósofos, matemáticos, médicos, políticos, professores [...] que produziam suas obras sem a menor preocupação em indicar a que área pertenciam” (CAMPOS, 2015, p. 52). A educação se dava em sua totalidade graças a uma unidade natural de pensamento que facilitava as inter-relações entre as mais diversas áreas do conhecimento, praticada por indivíduos **naturalmente** interdisciplinares.

Os pensamentos e as práticas interdisciplinares sofreram significativas mudanças com a chegada da Idade Moderna, quando as novas descobertas do

Renascimento tornaram o universo mais amplo e as demandas cognitivas expandiram-se, contribuindo para um novo modo de saber: o fragmentado. No Iluminismo, iniviu-se uma delimitação das disciplinas, levando à construção de barreiras entre elas, rompendo as pontes existentes na Idade Média.

Assim, o ser interdisciplinar medieval, caracterizado pelo pensamento harmonioso e consciente da importância do coletivo, dá lugar ao ser especializado e egocêntrico que receia compartilhar seus conhecimentos, pois enxerga neles um meio de se sobrepor aos demais, não de instruí-los por meio do compartilhamento e troca de experiências.

Quando a preocupação interdisciplinar ressoa na década de 1960, nasceu um pensamento que se opunha a qualquer conhecimento que privilegiava o “capitalismo epistemológico de certas ciências” (FAZENDA, 2012, p. 19). A ausência de um olhar que prezasse a totalidade, fomentada pelo encastelamento dos conhecimentos, passou a ser vista como uma ameaça ao desenvolvimento civilizatório.

Assim, um dos precursores da interdisciplinaridade, Georges Gusdorf, exibiu, em 1961, um projeto interdisciplinar voltado às Ciências Humanas (JAPIASSU, 1976), cuja intenção seria orientá-las para a convergência. Seu objetivo seria reduzir o distanciamento entre teoria e prática em seu campo epistemológico.

Já na década de 1970, houve uma preocupação em buscar uma explicitação filosófica para a interdisciplinaridade, pois o esforço empreendido no período “revelou que os pressupostos de uma epistemologia convencional não conduziram ao avanço da compreensão” (FAZENDA, 2012, p. 27) de suas implicações teóricas. Por isso, mais que um estudo restrito sobre sua concretização, buscavam-se meios destinados à manutenção de conversas disciplinares que pudessem elucidar relações entre desenvolvimento e progresso social; até se chegar à busca por uma diretriz sociológica que marcou a década de 1980.

Japiassu (1976, p.47) fala em desabrochar uma “personalidade integral”, resultante da educação em sua totalidade, que não se resume a uma justaposição de conhecimentos e de saber enciclopédico, mas de uma construção conjunta de conhecimentos distintos.

No entanto, a recorrente preocupação com a transposição de barreiras cognitivas e com o olhar e a apreensão para a totalidade, não se traduziu na prática, como defendido pela teoria. Paradoxalmente, desde a década de 1970, nunca se

falou tanto em interdisciplinaridade e, ao mesmo tempo, se foi tão pouco interdisciplinar.

A consolidação da globalização, a partir da década de 1980, reforçou tal constatação com a homogeneização de costumes, crenças e valores que extinguiram outras distinções culturais e formas de pensar num caminho oposto ao propagado por suas práticas. Tem-se assim uma mudança social “que conduz à substituição dos Estados-Nação por um sistema de grandes corporações internacionais e das culturas nacionais por um compromisso sem alma” (LENOIR, 2005, s/p).

Tal compromisso sintetiza o fenômeno da globalização que, ao desconsiderar certos conhecimentos, também ignora o passado e todas suas conquistas. Esquece-se, porém, de que cada momento da humanidade foi importante, especificamente para seu tempo; e que cada descoberta, ao longo da história, somente foi possível graças às conquistas anteriores que permitiram novos avanços.

Infelizmente, busca-se ignorar tal processo e foca-se apenas no agora, como se o passado, essencial para o desenvolvimento civilizatório, não trouxesse qualquer relevância para o hoje. Momento em que se verifica a “arrogância do tempo presente” (BRANDÃO, 2015, p. 10), quando não há uma visão plena de tudo o que se passa ao redor.

Assim, apesar de o termo interdisciplinaridade estar sendo discutido há décadas, sua prática ainda está aquém das verdadeiras atitudes necessárias para romper não somente as fronteiras disciplinares, como também as barreiras sociais fomentadoras de preconceitos e desigualdades.

A visão do todo, muitas vezes, é abafada não pela incapacidade do pensar interdisciplinar, mas por diversos grupos detentores do poder. Estes veem, na inter-relação disciplinar, uma ameaça a seu modelo centralizador, afinal o ser interdisciplinar leva a um pensamento crítico, ousado e transformador que se propõe a solucionar problemas, algo inerente ao valor transconceitual das descobertas científicas (BRANDÃO, 2015).

As inúmeras especializações e a arrogância do presente anulam, na prática, essa abertura das ciências, ao se verificar que se reduzem, muitas vezes, a atitudes pluridisciplinares, como se fossem interdisciplinares. Isso ocorre devido à falta de clareza do termo e de suas práticas: tal modelo não possui um conceito imutável que

possa exprimir, de forma abrangente, sua amplitude, já que sua prática envolve um processo de construção contínuo, permitindo novas descobertas e diversas inter-relações.

Para se tentar compreender o conceito **interdisciplinaridade**, podem-se empregar dois meios: o etimológico ou o comparativo. Ao analisar a palavra da qual se origina – **disciplina** –, pode-se dizer que se trata de “um conjunto sistemático e organizado de conhecimentos que apresentam características próprias nos planos do ensino, da formação, dos métodos e das matérias” (JAPIASSU, 1976, p. 72). Envolve, portanto, conhecimentos delimitados e específicos que se traduzem em duas áreas do conhecimento: o pedagógico e o epistemológico. De maneira semelhante, pode-se comparar termos de sua família como **multidisciplinar** e **pluridisciplinar**. Aquele é caracterizado como um grupo de disciplinas de um só nível e objetivos variados, sem quaisquer relações entre si; este, por sua vez, é definido como uma justaposição de diversas disciplinas, situadas geralmente no mesmo nível hierárquico, em que se percebe certa cooperação entre si, mas ausência de ordenação (JAPIASSU, 1976). Ambos, porém, divergem de interdisciplinaridade, pois nesta se permite uma **desconstrução** para se construir uma disciplina conjunta e inter-relacional.

Uma nova percepção do sujeito a partir da interdisciplinaridade

Em **Teoria do Conhecimento**, Hessen (2000) aborda três elementos essenciais na sua constituição: sujeito, objeto e imagem. A partir da relação dos dois primeiros, o sujeito forma uma percepção do objeto ao apreendê-lo e assim o associa às informações já adquiridas, algo já abordado por Piaget (1982) no processo de reconstrução do conhecimento ao explicitar os esquemas de **assimilação** – quando o educando recebe uma nova informação e a integra com o que já sabe para construir um novo conhecimento – e **acomodação** – quando o educando reorganiza os conteúdos que possui em sua mente para receber a nova informação e formular um novo aprendizado.

O sujeito modifica-se a partir da interação com o objeto, ampliando sua visão ao apreendê-lo, enquanto este não deixa de ser objeto ao ser analisado por aquele, que não sofre modificações durante esse processo. Como o objeto determina o sujeito no campo cognitivo (HESSEN, 2000), não se pode considerar a questão da

receptividade passiva do sujeito, mas de uma ativa, em constante mutação a cada nova apreensão.

Tal mutabilidade também permite o enriquecimento do saber que, no caso científico, não se dá apenas de maneira quantitativa, mas de ruptura de uma teoria para outra. Tal contestação denota enriquecimento cognitivo, visto que o conhecimento não pode manter-se enclausurado, além disso tal transformação é decorrente das múltiplas apreensões de um mesmo objeto por diversos sujeitos, que o assimilam e produzem conhecimentos distintos.

Essa mutabilidade, portanto, característica unívoca do ser científico, é possível graças ao olhar interdisciplinar que não privilegia a parte em detrimento do todo: cada sujeito torna-se interdisciplinar ao observar um objeto, não só imputando a ele suas próprias representações, como também as somando àquelas de diferentes sujeitos; constituindo, assim, a realidade daquele objeto.

A essência do conhecimento, portanto, está ligada ao conceito de verdade que se faz presente na concordância das imagens com o objeto (HESSEN, 2000). Mas há aqui um equívoco, se considerarmos que cada uma das muitas traduções de um objeto é apenas isso: uma tradução, pois cada sujeito possui sua própria interpretação. Essas distinções não são anulatórias, mas complementares, ao permitir questionamentos e confrontos, bem como o surgimento de novas ideias e consequentes descobertas.

O olhar interdisciplinar de Piaget, Morin e Hessen, em relação à constituição do sujeito e das novas teorias, revela-se fundamental para contrapor-se às hiperespecializações do século XIX, cujo *start* se dera com Descartes, ainda no século XVII (MORIN, 2013), quando o objeto – *res extensa* - era visto como algo distinto do sujeito – *ego cogitans* –, reforçando a dicotomia objetividade/subjetividade e, conseqüentemente, a divisão entre as Ciências Humanas e as Naturais.

Há uma outra questão subestimada no processo de reconstrução do conhecimento, a questão do **erro**. Não fomos treinados e capacitados para errar, mas para acertar. Essa concepção equivocada dificulta o aprendizado e o desenvolvimento cognitivo, pois cada descoberta acontece com base na contestação de certos aspectos que abrem novos espaços. O sujeito, portanto, precisa dar-se a chance de errar para compreender o antigo e reconstruí-lo, por isso

encarar o erro como um retrocesso ou ainda como uma contradição a uma determinada estabilidade ou norma é prejudicial para o aprimoramento do conhecimento.

Algo semelhante temos com a concepção de **verdade**, pois esta agrava a questão do erro, pois quem quer que se julgue possuidor daquela torna-se insensível a este (Morin, 2013). Além disso, todo aquele que se julga dono da verdade, equivoca-se por considerar sua percepção a correta, desqualificando as outras.

As primeiras Teorias da Comunicação

Assim como ocorre com a palavra interdisciplinaridade, **comunicação** não possui um conceito imutável e limitado, mas um contínuo e transformador, conforme seu desencadeamento na sociedade humana, quando novas percepções sobre seu processo foram sendo melhor conhecidas e formuladas.

Rüdiger (2011, p.9) define-a como um “conceito histórico e polissêmico que evoluiu, entre o século XIX e o XX, da designação do conjunto de canais e meios de transporte para o de processo social de interação [...], formada pelas práticas, discursos e ideias [...] e veiculação social de mensagens [...]”.

Essa passagem foi fundamental para os estudos que se seguiram, a partir da análise comunicacional baseada na relação social e na conexão entre emissor-receptor-mensagem, tríade fundamental desse processo. No entanto, a forma como este se desencadeia na sociedade, ou como o receptor recebe a mensagem, sofrerá profundas modificações.

Fenômeno primordial da humanidade, a comunicação tornou-se tema de reflexão e de pesquisa por volta de 1900, em razão do impacto causado pelas novas tecnologias. O desenvolvimento dos novos meios comunicacionais, como o telégrafo, mudou radicalmente a troca de mensagens que passaram a ser mediadas pelos canais de transmissão, circulação e recepção de significantes (RÜDIGER, 2011).

Todavia, as tecnologias devem ser consideradas apenas como meios de aprimoramento do processo comunicacional, cuja definição deve fundamentar-se em seu princípio original de interação social. Esta independe daqueles para se concretizar, pois surge da relação estabelecida entre emissor-receptor-mensagem.

Os meios comunicacionais, portanto, não devem ser confundidos com a comunicação, já que esta é ligada à interação humana e sua troca de mensagens. Sendo assim, áreas como publicidade e jornalismo não são comunicação, mas técnicas que empregam a função comunicacional; mesmo a comunicação “não é uma ciência, mas um campo de estudo multidisciplinar, cujos métodos de análise não têm qualquer especificidade e foram desenvolvidos pelos diversos ramos do conhecimento filosófico, histórico e sociológico” (RÜDIGER, 2011, p. 17).

O termo comunicacional, para ser compreendido em sua amplitude, necessita de um olhar que transcenda sua própria área e envolva outros ramos do conhecimento, ao demandar um estudo interdisciplinar, devido à presença em diversas partes distintas do conhecimento.

Ao tratar das discussões sobre as relações entre os meios comunicacionais e o indivíduo na década de 1970, Wolf (1999) aborda a discussão entre **pesquisa administrativa** – análise americana, acentuadamente empírica – e **pesquisa crítica** – análise europeia baseada nas relações entre o sistema social e os meios midiáticos. Essa dicotomia foi superada por três fatores: a necessidade de uma abordagem social sobre os estudos dos meios comunicacionais; o reconhecimento da relevância de pesquisas multidisciplinares no contexto sociológico; e a mudança da perspectiva temporal deste campo da pesquisa.

O reconhecimento da abordagem sociológica no estudo comunicacional marca uma forte mudança, ao ultrapassar a dicotomia da pesquisa empírica/pesquisa administrativa. Reconhece-se a interação social como elemento crucial para a existência da comunicação, bem como a presença de outras áreas envolvidas nesse processo, resultando no reconhecimento do estudo multidisciplinar que culminará, mais tarde, para o interdisciplinar.

Constituição das primeiras Teorias da Comunicação

O conceito de teoria aqui deve ser entendido de maneira restrita, pois não se confunde com os chamados programas de pesquisa da comunicação, logo não inclui metodologias. Assim, está relacionada ao conceito estrutural e o sentido comunicacional no âmbito filosófico e sociológico (RÜDIGER, 2011).

As teorias surgidas para estudar o processo comunicacional foram definidas, primeiramente, como Teoria da Comunicação de Massa, expressão empregada da

definição “sociedade de massa”, que sofreu alterações ao longo da história. Para o pensamento político do século XIX, de característica conservadora, a sociedade de massa é fruto da “industrialização progressiva, revolução dos transportes, da difusão de valores abstratos de igualdade e de liberdade” (WOLF, 1999, p. 7). Esses processos sociais enfraqueceram o poder das elites, expostas às massas, e dos laços tradicionais familiares, religiosos e comunitários.

Oposto ao indivíduo culto, o **homem-massa** representaria a jurisdição dos incompetentes, “o triunfo de uma espécie antropológica que existe em todas as classes sociais e que baseia sua ação no saber especializado ligado à técnica e à ciência” (Wolf, 1999, p.7). Tal afirmação, porém, demonstra ausência de um olhar interdisciplinar, revelando uma conceituação superficial que não analisa a amplitude dos membros da sociedade.

A visão homogeneizadora da massa é perceptível na formulação das primeiras teorias da comunicação, que não consideravam a participação ativa do sujeito receptor no processo comunicacional, como será o caso da Teoria da Informação e da Hipodérmica.

Shannon e Weaver propuseram uma teoria geral da comunicação, a Teoria Matemática da Informação, que serviu de paradigma conceitual no campo de estudo comunicacional durante anos. Ela considera a comunicação como um processo puramente formal de transmissão informacional de um emissor para um receptor e recebe o conceito matemático por focar apenas nos processos operatórios e automatizados, ignorando as espécies de símbolos em jogo, sejam letras ou palavras escritas, notas musicais, entre outras informações (WEAVER, 1980).

Classificava a problemática comunicacional em três níveis: o técnico, o semântico e o pragmático: ao resolver o primeiro, todos os demais serão resolvidos (RÜDIGER, 2011). Tal teoria não se preocupava com o valor e o significado das mensagens transmitidas, apenas com sua forma de organização e transmissão do ponto de vista **maquinístico** (D’AZEVEDO, 1971). Nela, o comunicador é o sujeito que transmite a mensagem, determinando os elementos do repertório que poderão ser transmitidos; o canal transmissor é o suporte, por meio do qual a mensagem é transformada em sinal e enviada ao receptor; este, por sua vez, decodifica a informação para compreendê-la.

Caso a mensagem chegue ao destinatário de forma distinta daquela pretendida, terá ocorrido **ruído** na comunicação, daí a importância do *feedback*, com o qual o emissor verifica como a mensagem foi/é recebida pelos destinatários, para prosseguir com novas mensagens (RÜDIGER, 2011). Convém mencionar ainda a **informação** e a **redundância**, sendo que aquela é “todo conteúdo novo veiculado em um sistema por dada mensagem com o objetivo de manter seu funcionamento” (RÜDIGER, 2011, p. 41); e esta, o efeito latente que se reforça com o intuito de sua fixação e aceitação pelo receptor.

A teoria ignora as relações sociais, as percepções do comunicador e do destinatário e a qualidade das mensagens enviadas, elementos fundamentais para reger o processo comunicacional, juntamente com a problemática filosófica e histórica contidas nele. Logo, trata-se de uma teoria não interdisciplinar que exerceu grande influência nos estudos comunicacionais, devido à facilidade com que esquematizou a relação homem-máquina (RÜDIGER, 2011). Assim, ao focar no processo técnico que capta a mensagem do emissor e a transmite ao receptor, obtém-se uma resposta; e, embora se tratasse de uma formulação restrita, resultante da ausência de ousadia estimulada pela interdisciplinaridade, teve grande aceitação no meio acadêmico de então. Além disso, anulou a constituição do sujeito receptor, ao considerá-lo como um ser passivo e influenciável por toda e qualquer mensagem recebida pela fonte emissora.

A comunicação “pressupõe sujeitos (cuja identidade e presença estejam constituídos antes da operação significativa) e objetos (conceitos significados, um sentido pensado que a passagem não tem nem que constituir nem, de direito, transformar)” (DERRIDA, 1975, p.33). Não à toa, a verdadeira comunicação está presente na **reciprocidade** e na interação entre agente e paciente, quando o interlocutor fala e é escutado (PASQUALI, 1973), não apenas no aspecto técnico.

Com o desenvolvimento dos sistemas sociais e o surgimento de sociedades mais complexas, o processo comunicacional torna-se mais problemático, pois o público midiático revela-se, cada vez mais, fragmentado e heterogêneo. Diante deste cenário, criam-se novos meios de comunicação, as mídias difusoras, que pudessem corresponder às diversas interações sociais presentes, não mais solucionadas apenas pela linguagem corrente (RÜDIGER, 2011).

Surge a corrente funcionalista, destinada a estudar a sociedade como um sistema complexo de relações funcionais, resultante da colaboração de seus membros. Tal pensamento destina-se a estudar a problemática dos *mass media* a partir do funcionamento da sociedade e da contribuição que a mídia pode oferecer (WOLF, 1999).

Após a Primeira Guerra Mundial, o alerta sobre o crescimento e ascensão acentuada das massas levou a uma reflexão mais aprofundada dos fenômenos comunicacionais. As transformações políticas e sociais fermentavam o aparecimento de uma nova intelectualidade de onde saíram os criadores da Teoria Hipodérmica (RÜDIGER, 2011) que considerava a comunicação um processo, cuja mensagem influenciaria, com sucesso, o destinatário.

Devedor do behaviorismo, defendia que toda informação transmitida produz um estímulo no indivíduo-receptor, influenciando seu comportamento de modo persuasivo. Dessa maneira, as “grandes massas de indivíduos eram representadas, segundo hábitos de pensamentos heterogêneos [...] como atomizadas, alienadas, primitivas” (WOLF, 1999, p. 29)

Apesar de reconhecer os sujeitos como seres distintos e heterogêneos, diferentemente da Teoria da Informação, que os enxergava de forma homogênea, a Hipodérmica não considera a totalidade do sujeito receptor, empregando **heterogêneo** apenas para destacar diferentes sujeitos que recebem a informação. Continua, portanto, a ausência de um olhar interdisciplinar nessa teoria que rotula o sujeito como ser totalmente moldável pelo emissor.

A manipulação de hábitos e opiniões da massa tornou-se elemento fundamental no estudo da sociedade, formando um governo invisível, que passa a adquirir notoriedade e respeito por seu papel manipulador, impondo-se sobre os demais. A Teoria Hipodérmica parte do pressuposto de que são as ações do comunicador, cuja função é provocar reações em outra pessoa, que estruturam os circuitos de ação social, moldando-a a seu modo (RÜDIGER, 2011). Diante de tal definição, a comunicação parece estar associada à unilateralidade, não à interação recíproca.

Enquanto a Teoria da Informação concentrava-se no canal transmissor de mensagens, a Hipodérmica enxerga o emissor como protagonista da ação e o receptor como mero coadjuvante. Não se quer saber, portanto, quem é o

destinatário, sua formação, percepção e valores, nem como tais elementos influenciam a recepção da informação e a formulação de um novo conhecimento. A ausência do olhar para o todo impede uma definição mais completa da comunicação.

No transcurso dos anos 1950, contudo, o esquema hipodérmico foi reelaborado pela corrente funcionalista, que passou a criticar a limitação da unilateralidade emissor-receptor, rompendo uma barreira que impedia uma visão mais abrangente do papel de todos os elementos desse processo. Dessa maneira, o sujeito pode ser tanto emissor quanto receptor num processo de comunicação, e os destinatários também são vistos como sujeitos que não reagem, mecanicamente, por terem sido afetados pelo comunicador, afinal a comunicação pode ser eficiente, mesmo que esta não consiga afetar o receptor conforme sua intenção” (RÜDIGER, 2011).

O modelo que marca tal superação foi o de Lasswell que contestava a assimetria do processo comunicacional em que um emissor produz o estímulo a uma massa passiva; o fato de a comunicação ser intencional e objetivar produzir um efeito no destinatário; e a separação dos papéis do comunicador e do destinatário, independente das relações sociais (WOLF, 1999).

Enquanto na concepção Hipodérmica, as relações informais entre os membros da audiência eram desimportantes, já que esta era influenciada diretamente pela mensagem mediada, no esquema de Lasswell a relação behaviorista é ultrapassada, ao inserir-se o conceito de rejeição da mensagem pelo destinatário, ou seja, este opta por aceitá-la ou não, rompendo a questão da aquiescência de forma mecanicista.

Katz, Lazarsfeld e Merton, por meio de uma pesquisa social empírica, também contestaram a Teoria Hipodérmica, quando afirmaram que a comunicação não é definida apenas pela relação estímulo-resposta entre comunicador e receptor, e que as mensagens não têm capacidade de determinar mudanças qualitativas no comportamento das pessoas. Segundo eles, as estruturas societárias são as responsáveis por determinar a maneira de se comunicar e são influenciadas pela comunicação (RÜDIGER, 2011). O surgimento dos conceitos de resistência e reinterpretação do destinatário são fundamentais nessa nova visão, que descobriu a comunicação como um efeito estímulo-resposta.

A consideração dos aspectos sociais do sujeito no recebimento de uma mensagem também significou uma revolução para o estudo da comunicação. Os estudos começavam a ampliarem-se com contribuições de outras áreas, mas a superação da Teoria Hipodérmica foi um passo crucial para o surgimento de novas teorias, bem como o conseqüente aprimoramento do estudo comunicacional. Mais que outros modelos, empregaram-se conceitos de outras áreas, como os estudos psicológicos experimentais que passaram a analisar o sucesso e o insucesso das mensagens destinadas a persuadir os destinatários: “persuadir os destinatários é um objetivo possível, se a forma e a organização da mensagem forem adequadas aos fatores pessoais que o destinatário ativa quando interpreta a própria mensagem” (WOLF, 1999, p. 12), ou seja, obtém-se êxito quando a informação enviada é coerente com a realidade dos receptores.

Essa, porém, não é a única forma de persuadir, caso contrário os comunicadores jamais o conseguiriam, quando suas mensagens fossem distintas do ambiente envolvendo os receptores. Portanto, há uma série de elementos para que a mensagem atinja seu objetivo, como o efeito latente. Se o contexto da mensagem não está inserido na realidade do receptor, aquela pode ser moldada de acordo com esta, fazendo-o crer que faz parte de suas aceções pessoais.

A Teoria da Persuasão ou Psicológica-Experimental permitiu um olhar psicológico sobre o processo comunicacional, cujos estudos até então não consideravam a participação do sujeito. Apesar de parecer apenas mais um olhar oriundo de outra área sobre a comunicação, deve-se ter em mente que o conhecimento nunca é limitado e tende a transformar-se e aprimorar-se cada vez que recebe a contribuição de novas áreas, principalmente numa perspectiva interdisciplinar.

Assim, enquanto a Teoria Hipodérmica abordava a manipulação, e a Psicológica-Experimental a persuasão, surge a dos Efeitos Limitados, que ultrapassou os elementos do processo comunicacional ao incluir o papel dos líderes de opinião. Segundo essa teoria, a informação mediada não exerceria influência direta no público, mas em certos elementos que influenciariam o meio social onde estão inseridos; aborda, portanto, aspectos sociológicos ao destacar o contexto social que envolve o indivíduo (WOLF, 1999).

As primeiras teorias comunicacionais numa perspectiva interdisciplinar

Tanto a comunicação quanto a interdisciplinaridade sofreram profundas modificações conceituais ao longo do tempo; a ponto de, no caso desta, verificarmos sua prática antes mesmo de sua terminologia, como é o caso dos polímatas medievais, cujos conhecimentos interligavam-se a diferentes áreas do saber.

No âmbito comunicacional, verificou-se uma situação análoga; pois, à medida que novos modelos foram surgindo, passaram a fazer parte de sua definição. Todavia, tais práticas já existiam muito antes de tal reconhecimento, pois as interações sociais, essenciais para a comunicação, surgiram a partir dos primeiros contatos que o ser humano fez com seu próximo antes da própria história.

Portanto, não é a partir da formulação de determinado conceito que ele passa a existir, afinal suas práticas poderiam já ter sido estabelecidas bem antes, necessitando apenas serem nomeadas e aprofundadas. Dessa forma, as teorias comunicacionais não podem ser vistas como **descobertas** isoladas, mas como meios complementares para se compreender o processo de comunicação, mesmo que tal compreensão tenha se consolidado aos poucos.

Com o surgimento das especializações e o conseqüente encastelamento das disciplinas, verificaram-se as hiperespecializações que criaram barreiras para um diálogo interdisciplinar (CAMPOS, 2015). Assim, tal fragmentação exerceu influência nos primeiros estudos dos processos comunicacionais que apresentavam diversos déficits, ao focar, unicamente, no aspecto mecanicista do envio da mensagem do emissor ao receptor, desconsiderando a totalidade do sujeito e todo o processo sociológico, psicológico e histórico da comunicação para focar apenas nos canais transmissores, como se o fenômeno comunicacional houvesse surgido apenas a partir das tecnologias comunicacionais.

Algo perfeitamente explicável na afirmação “arrogância do tempo presente” (BRANDÃO, 2015, p. 10), quando ressalta a ignorância do processo histórico causada pelas inovações globais, que tendem a focar apenas no momentâneo. Tem-se assim um fenômeno perigoso, já que tal presunção impede o conhecimento do todo, favorece a alienação da sociedade e o poder manipulador de grupos mais poderosos, detentores de conhecimento.

No âmbito comunicacional, a incompreensão do todo é visível na formulação das Teorias da Informação e Hipodérmica, que excluem a relevância do sujeito-

receptor do fenômeno. Essa análise parcial contraria as colocações de Japiassu (1976, p. 47) que defendia o desabrochar de uma “personalidade integral”, resultante de uma educação pela totalidade que permitiria um espírito crítico.

O pensar crítico, decorrente do exercício interdisciplinar, é fundamental para o desenvolvimento da humanidade e de suas descobertas, surgiu nos estudos dos processos comunicacionais gradativamente. A ausência da criticidade na Teoria da Informação, por exemplo, revelou não somente a falta de um olhar interdisciplinar, como a constatação de que a preocupação dos teóricos da época concentrava-se mais em formular modelos que pudessem oferecer alguma explicação para o processo comunicacional do que em aprofundar-se em tais estudos (RÜDIGER, 2011).

Já na Teoria Hipodérmica, o receptor, considerado um indivíduo totalmente manipulável, passou a ser visto heterogeneamente (WOLF, 1999). Todavia, não se importavam com aspectos sociais e psicológicos do sujeito, revelado por um estudo interdisciplinar.

Quando a corrente funcionalista começou a repensar o processo comunicacional e sua complexidade – com o surgimento de novas interpretações que consideravam a relevância do destinatário no fenômeno comunicacional –, outras áreas do conhecimento deram suas contribuições. O objeto de estudo saiu de sua própria dimensão para receber observações de outras disciplinas que pudessem aprimorá-lo.

A Teoria da Persuasão buscou contribuições da psicologia, mas também aqui não se pode dizer que houvesse um olhar interdisciplinar, havendo talvez mais um estudo multidisciplinar, quando novas áreas contribuem sem se inter-relacionarem. Situação semelhante ocorreu com a Teoria dos Efeitos Limitados, que trouxe contribuições sociológicas, mas não promoveu o diálogo destas com outras áreas do conhecimento.

Enfim, desde os primeiros estudos sobre comunicação ocorreram grandes transformações na perspectiva epistemológica do fenômeno comunicacional, ao elaborarem-se diversas teorias. Seria, porém, um erro limitar o processo comunicacional apenas a tais estudos, afinal comunicação é um processo em constante transformação; e, quanto mais inovações surgirem, novas demandas serão necessárias para compreendê-las.

Arrogância do tempo presente e as primeiras teorias

Quando a Teoria da Informação passou a ser questionada em razão de seus déficits e de seu enfoque no canal transmissor de mensagens, vários pensadores da mídia chegaram à conclusão de que deveria ser abandonada, pois não se considerava a essência da comunicação, a interação social, nem aspectos sociológicos, psicológicos e históricos.

Apesar de suas deficiências, o uso do termo **abandono** é perigoso, pois significa descarte de algo que contribuiu para o aprimoramento dos estudos: foi por meio de um olhar crítico a seu respeito que novos conceitos surgiram, oferecendo um estímulo para o desenvolvimento do espírito crítico, característico da interdisciplinaridade.

Morin (2013) ressaltou isso, quando explicita que teorias precisam ser contestadas para o desenvolvimento cognitivo, caso contrário não é ciência, mas dogma. Há certa obviedade em tal afirmação, todavia necessita ser reforçada pela forma como as descobertas são estudadas, afinal o surgimento do novo é o aprimoramento do antigo e só existe por causa dele.

A capacidade de errar (MORIN, 2013) permite a busca por novos caminhos que transcendam outras áreas. Foi justamente um erro epistemológico sobre a comunicação, levantada pela Teoria da Informação, que acarretou seu questionamento e a busca por novos modelos. Algo semelhante deu-se com a Hipodérmica, que já definia o sujeito-receptor como heterogêneo, mas ainda o enxergava como um indivíduo totalmente manipulável, cujas características psicológicas e sociais eram totalmente ignoradas. Quando essa teoria também passa a ser questionada pela corrente funcionalista, seu modelo comunicacional é reelaborado.

Se a Teoria da Informação foi contestada por focar apenas no canal transmissor da mensagem, e a Hipodérmica, por considerar apenas o papel do comunicador não o do receptor, ambas foram a leitura daqueles pesquisadores, sua **verdade**. Assim, as teorias não podem simplesmente ser estudadas como um pensamento que foi cassado para dar lugar a outros, mas como algo transformador, fundamental para o progresso das pesquisas. O mesmo se aplica à Teoria da Persuasão ou dos Efeitos Limitados, mesmo ao abarcarem outras disciplinas.

A interdisciplinaridade, portanto, exige uma visão histórica do todo: cada descobrimento, teoria, fórmula precisa ser compreendida em sua totalidade. Quando ignoramos a história, simplesmente apagamos a compreensão do todo e tornamo-nos escravos do presente, presos a um saber fragmentado e incompleto.

De maneira semelhante, não podemos nos ater, unicamente, ao passado e nem ao futuro, pois, “enquanto temos um pé no passado e outro no futuro, não percebemos, nem enxergamos, de maneira clara, aquilo que se passa sob eles, ou seja, nosso presente efetivo. [...] Só podemos enxergar o hoje, vendo o ontem e vislumbrando o amanhã” (BRANDÃO, 2015, p.10).

Se analisarmos as teorias descritas acima isoladamente, distanciar-nos-emos de um olhar interdisciplinar e fragmentaremos o saber sobre a comunicação. Mesmo considerando as teorias que ultrapassaram a dimensão comunicacional, não se pode isolá-las e desconsiderar a importância dos estudos anteriores para seu surgimento.

Considerações finais

Ao estudar a comunicação, não se pode ignorar todo seu processo histórico, tampouco deixar de compreendê-la no interior da sociedade de onde proveio, afinal deve-se ler o todo, de maneira interdisciplinar, por isso estudar seu desenvolvimento auxilia na compreensão de como o público se relaciona com a mídia e como esta influencia sua tomada de decisão.

No entanto, enquanto teóricos falam da importância de se pensar interdisciplinar, a prática está aquém da teoria. A especialização (de modo especial, nas primeiras teorias da comunicação) oferece uma ideia errônea de que o conhecimento deve encastelar-se diante da elevada demanda cognitiva. Trata-se de algo perigoso que restringe a forma de pensar. Portanto, é necessário romper barreiras, superando inclusive a “arrogância do tempo presente”.

Referências

BRANDÃO, Jack. Interdisciplinaridade: ousar e buscar o todo humano. In: BRANDÃO, Jack (Org.). **Diálogos interdisciplinares: novos olhares nas Ciências Humanas**. Embu-Guaçu: Lumen et Virtus, 2015.

- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. A interdisciplinaridade e o pensamento contemporâneo. In: BRANDÃO, Jack (Org). **Diálogos interdisciplinares: novos olhares nas Ciências Humanas**. Embu-Guaçu: Lumen et Virtus, 2015
- D'AZEVEDO, Marcelo Casado. **Teoria da Informação: fundamentos biológicos, físicos e matemáticos; relações com a cultura de massas**. Petrópolis: Vozes, 1971.
- DERRIDA, Jacques. **Posições: semiologia e materialismo**. Lisboa: Plátano, 1975.
- FAZENDA, I. C. **Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 2012.
- HESSEN, Johannes. **Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- LENOIR, Yves. Três interpretações da perspectiva interdisciplinar em educação em função das três tradições distintas. In: **Revista E-Curriculum**. São Paulo, v.1, n.1, 2005.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- PASQUALI, Antonio. **Sociologia e Comunicação**. Brasília: Vozes, 1973.
- PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- RÜDIGER, Francisco. **As teorias da comunicação**. Porto Alegre: Penso, 2011.
- WEAVER, Warren. A matemática da comunicação. In: MORTENSEN, David (Org.) **Teoria da Comunicação**. São Paulo: Mosaico, 1980.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.